

---

# terra roxa

## e outras terras

Revista de Estudos Literários

---

### OLHAR ENVIESADO: A CRÍTICA E O FALSO ROMANCE DA SECA

Elaine Aparecida Lima (UEL)\*

RESUMO: Em uma perspectiva de revisão canônica, este artigo propõe perceber *A bagaceira* como romance oriundo da intenção modernista de redescobrir o Brasil. Opondo-se à consideração do romance como produção pertencente ao ciclo nordestino da seca, a autora reflete sobre a estrutura e os símbolos da narrativa almeidiana, o tempo histórico/literário no qual a construção está inserida, os processos comparativos que a obra tem sofrido, chegando a trazer à baila as relações do romance com concepções espaciais que permeiam, há muito, a literatura brasileira, em sua representação do país.

PALAVRAS-CHAVE: representação nacional; modernismo e *A bagaceira*.

Um dos estigmas mais impingidos sobre *A bagaceira*, livro escrito em 1928 por José Américo de Almeida, diz respeito a sua afirmação como romance da seca. Uma leitura superficial da obra parece firmar esta colocação tão comum dentre a crítica, porém a atenção à estrutura do romance logo desacredita sua veracidade, dando-a como fruto de um estereótipo que, desde a origem romântica da literatura de fundação nacional, tende a ver no Nordeste a região agreste, semi-árida, distante do litoral, distante das povoações citadinas, habitada por pessoas sofredoras, fortes e repletas de tradições.

Por certo é inegável que *A bagaceira* tenha, dentre suas personagens, um grupo de sertanejos, bem como não se pode negar uma pequena espacialização de seu enredo no sertão durante o capítulo “Festa da Ressurreição”. Todavia, sua redução a romance da seca elimina a antítese na qual se baseia a obra e, equivocadamente, distancia os princípios modernistas da produção paraibana.

A interpretação da obra como romance da seca provavelmente originou-se no texto de Tristão de Athayde que, de lá para cá, muitas vezes, foi repetido sem questionamentos. Em “Uma revelação”, o tom de chacota (Athayde 1978: 40), pelo qual o autor admitidamente toma o termo “bagaceira”, encaminha ao encobrimento do significado dado ao vocábulo por José Américo de Almeida. Ao entender a palavra “bagacei-

\* elainelima@onda.com.br

ra” em seu sentido mais coloquial e demonstrar o preconceito que tivera para com a narrativa antes de lê-la, Athayde desconsidera o fato de ser o termo em questão denominador do “espaço onde nos engenhos se amontoa o bagaço de cana” (Ferreira 2001: 82), ignorando, igualmente, o processo metonímico sofrido pela palavra no romance. Na narrativa de Almeida, bagaceira é toda a região brejeira da Paraíba, local diretamente oposto ao sertão e no qual estão postos os engenhos, dentre eles o Marzagão, onde “decorre grande parte da narrativa” (Athayde 1978: 42).

Descoberta a antítese, nem mesmo resta a possibilidade de que o vocábulo sertão seja tomado como sinônimo de interiorano. A existência, no romance, de um constante cotejo entre duas microrregiões nordestinas impede que tenhamos uma visão completa da narrativa quando eliminamos um dos termos da comparação. Somente obliterando desde o título da obra, a crítica pode ver o sertão como único foco do romance, não percebendo como a bagaceira é transformada em aspecto essencial ao enredo, na medida em que disputa com a seca a prioridade de ser a adversidade maior dos nordestinos.

Já no primeiro capítulo, a retratação da chegada dos sertanejos na bagaceira demonstra a formatação antitética do enredo. No mesmo passo em que retrata o sofrimento do sertanejo “forçado [ao] nomadismo” (Almeida 1978: 120), o narrador se dedica a falar da vida brejeira, composta por “vítimas de uma emperrada organização de trabalho e de uma dependência que os desumanizava” (Almeida, 1978: 120).

Entre tamanhos “equivocos” e/ou obliterações da crítica, o romance almeidiano passa a ser encarado como repetição de *Os Sertões*, uma produção anacrônica e pouco criativa por trazer à tona discussões anteriores ao modernismo. Não se trata de negar que as obras compartilhem o tom de protesto ao descaso, à irresponsabilidade para com a população nordestina pobre. Contudo, a redução de *A bagaceira* à réplica dos ideais de Euclides da Cunha parece ser simplificação inadmissível de quem, descuidadamente, reduz o modernismo ao entusiasmo estético de seus primeiros anos ou, ainda, o vê como momento de ruptura total com toda a história literária brasileira.

Talvez seja José Aderaldo Castello quem melhor aponta o erro que aflige as análises sobre o modernismo. Para o crítico, “De fato o modernismo descobriu muito pouco, porque o que fez foi redescobrir, rever criticamente e recriar” (Castello 2004: 72). Se considerarmos que o entusiasmo e o domínio estrangeiro entre os modernistas não durou muito, é fácil perceber como, por volta de 1924, os poetas já se voltavam para o Brasil real e literário, como ocorre em *A bagaceira*, livro capaz de visitar a literatura sobre o Nordeste e, ao mesmo tempo, mostrar ao Brasil a terra produtiva, porém colonialista, ali presente.

Refletindo sobre *Os Sertões*, fica perceptível o quanto Almeida atualiza uma das maiores influências da literatura de tema nordestino, dando a ela o mesmo tom crítico-social que permeava os escritos de Lima Barreto, em particular as crônicas contra as reformas de Pereira Passos, como recusa da implementação da modernidade como meio de superação da miséria. Em direção adversa à de Lima e de Almeida,

Cunha comporta-se como um missionário do progresso, cujo desejo é, pela ação governamental, integrar o sertão à vida nacional e à modernidade do final do século XIX. Para tanto, o autor, opostamente a Almeida, defende um plano de combate à seca pela construção de pequenos e numerosos açudes capazes de transformar o deserto em rica região agrícola. Além disso, expõe, em seu livro, um minucioso estudo da região, recolhendo os elementos causadores da desordem climática. José Américo de Almeida, por sua vez, não discute o descaso das autoridades em relação à seca nordestina. Com um romance quase todo ambientado na bagaceira, o autor paraibano apresenta literariamente uma região, cuja natureza é marcada pela exuberância, servindo-lhe o sertão como parte de uma antítese capaz de tornar mais evidente a metaforização do brejo em “oásis” (Almeida 1978: 132) e o sofrimento social dos moradores do Marzagão.

Segundo Janaína Amado (1995), o Novo Mundo e o Brasil tiveram, no domínio do espaço, o processo básico que acompanhou a formação da sociedade e do Estado. A ausência de um passado histórico de glórias remotas produziu a busca das identidades no domínio dos territórios nacionais mais afastados. Em tal contexto, *A bagaceira* não escapa à tradição, renovando-a, contudo, quando introduz em sua narrativa um desvelamento da realidade miserável desligado da questão fisiográfica e incorporado aos problemas sociais e econômicos.

Após o primeiro capítulo de *A bagaceira*, no qual se destacam conjunturas em torno da fome decorrente da seca, os sertanejos aparecem fixos ao brejo. Com a fixação, os tormentos da seca tornam-se o elemento secundário da antítese. A possível recuperação moral e financeira dos migrantes é frustrada pelo contínuo trabalho no eito, onde os trabalhadores eram “curvados” (Almeida, 1978: 129) ao “jugo do capataz; [à] disciplina do trabalho servil” (Almeida 1978: 129).

Sem a denúncia da seca, o romance de Almeida não faz um estudo físico do ambiente ou reflete, prioritariamente, sobre a relação dramática ou épica do homem sertanejo com o clima árido, antes se preocupando com as relações (des)humanas que permeiam o contado entre os latifundiários e seus empregados. Dentro deste contexto, a pregação do progresso, em uma visão positivista da história, também não se faz presente em *A bagaceira*. Ao término do enredo, com a ascensão da usina no Marzagão, a felicidade parece não acompanhar as conquistas técnicas e os subalternos permanecem, direta ou indiretamente, subjugados pelo detentor do poderio econômico.

Assim sendo, apesar de manter traços de denúncia e retratação da realidade semelhantes a *Os Sertões*, *A bagaceira* não reproduz o romance de Euclides da Cunha, bem como não copia a literatura de livros como *Dona Guidinha do Poço* ou *Luzia-Homem*. Talvez se tivesse olhado com mais atenção para *A bagaceira*, comparando-a com maior prudência com as novelas de linhagem nordestina, a crítica perceberia o que realmente as aproxima: a tentativa de ver na literatura brasileira o Brasil.

Aliás, segundo Antonio Candido (1975), José Aderaldo Castello (1999), Afrânio Coutinho (1975) e Alfredo Bosi (2002), uma característica extensiva a toda a literatura

de nosso país. Em suas histórias da literatura, estes autores são unânimes em afirmar a conformação de nossa literatura à representação e à construção progressiva de uma identidade nacional. Antonio Candido, em outra de suas obras, chega a conferir à literatura os melhores resultados neste processo. Ele diz: “Constatemos de início (como já tive oportunidade de fazer em outro escrito) que as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, a forma literária”. (Candido 1985: 130). São ditos claramente harmoniosos com a expressão de José Américo de Almeida sobre a literatura nacional: “Há muitas formas de dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva seja a que tem aparência de mentira” (Almeida 1978: 118).

A proposta de, como dizem as palavras de Mário de Andrade, se colocar em primeiro plano o que “está desta banda do mar” (Duarte 1971: 95), a intenção de “brasileirar o Brasil” (Duarte 1971: 176), de falar de sua realidade, liga-se diretamente à história das diversas tentativas literárias e científicas de se forjar uma identidade consistente para o país e para o brasileiro. Embora o modernismo proponha uma reconstrução de tudo o que a tradição estereotipou como Brasil e como homem nacional, ele não deixa, portanto, de também perseguir os mesmos trilhos identitários de toda a história do pensamento nacional.

No mesmo ano da publicação de *A bagaceira*, Mário de Andrade, em viagem ao Nordeste, pensando na produção de Euclides da Cunha, anotou um clamor por maior aplainamento entre a realidade e a representação nordestina. Mesmo não fazendo um pedido em favor da ruptura com a estereotipia Nordeste-seca, percebe-se em suas palavras a exigência de um aprofundamento literário da realidade daquela região, algo que, nos parece, só ocorrerá a partir de *A bagaceira* e dos romancistas de trinta: “Pois eu garanto que *Os Sertões* é um livro falso. [...] O livro de Euclides da Cunha é uma boniteza genial, porém uma falsificação hedionda. [...]. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão” (Andrade 1983: 294)

O afã por mostrar regiões distantes do eixo sulino faz-se presente em *A bagaceira* e em muitas outras obras, como se pode verificar na leitura de Viana Moog e seu ensaio, *Uma interpretação da literatura brasileira* (1943). Em Euclides, em Domingos Olímpio, em Oliveira Paiva, em Graciliano Ramos de *Vidas Secas*, entretanto, o caminho escolhido é o tradicional, ou seja, a demonstração do semi-árido e seu povo, sem que se possa dizer que tal ambientação possa diminuir a importância dos textos. Em José Américo de Almeida, a opção pela bagaceira o faz preferir o lado mais desconhecido do Nordeste.

O Nordeste da seca o Brasil já conhecia e, estereotipadamente, tomava o clima por sinônimo da região. Por outro lado, conforme lembra Tristão de Athayde, a literatura sobre as secas já era considerada pela crítica “o mais original dos nossos ciclos literários” (Athayde 1978: 40). Cabia ao romance fundador da linhagem literária de trinta dar um novo encaminhamento a sua produção, em outras palavras, competia a ele o contra-golpe do Nordeste à sugestão modernista de “descobrir” o Brasil. Vendo a narrativa como romance de denúncia sócio-econômica, a crítica poderia ter percebi-

do que a novidade do livro já surgia com um sobreaviso presente em “Antes que me falem”: “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã” (Almeida 1978: 118).

Com o intuito de mostrar ao Brasil sua face oculta, *A bagaceira* indica no adágio os pólos antitéticos com que trabalhará: o sertão e a bagaceira. Indo além, aponta a discussão que travará em torno do estereótipo nordestino, destituindo a relação de causa e efeito que se vinha constituindo sobre a miséria e a seca do Nordeste.

Fugindo aos caminhos seguidos pelo naturalismo para explicar a fome nordestina, o autor de *A bagaceira* segue princípios que ele mesmo defendera para a apuração da realidade da região onde nascera. Em sua produção literária, Almeida revisita um ponto de vista de seu livro sociológico *A Paraíba e seus problemas*. A metáfora do brejo como “oásis de graça e fartura” (Almeida 1994: 67), cuja descrição é de “gleba privilegiada” (Almeida 1978: 178) já estava no livro não ficcional. No estudo realizado pelo autor, a evidência da suavidade do clima, a verdura e os frutos constantes reagem à imagem generalizada de desolação do Nordeste, levando-o a concluir em tom de ironia: “é esse clima desértico que se condena de oitava” (Almeida 1994, p. 153).

Revertendo a diminuição daquela região ao fenômeno climático de parte dela, a narrativa torna-se uma voz desmistificadora e vem ao encontro da proposição dos modernistas, como se pode notar pela comparação de sua coloração com as palavras de Menotti Del Picchia:

Devemos olhar o Brasil como ele nos apresenta. E isto nos trará, como conseqüência imediata, o reconhecimento do que valem e do que somos. Não somos um povo de poetas nem de batráquios cívicos. Esses procedimentos são crassas revelações de uma velha mentalidade radicalmente divorciada dos fenômenos naturais que nos cercam e das verdades substantivas que o simples contato com a realidade brasileira nos faz apreender. (Picchia 1927: 87)

Pelas palavras de um dos líderes da Semana, clarifica-se como *A bagaceira* nasce da fase modernista em que, superado o tempo de oposição ferrenha ao passadismo, os escritores passam a dedicar-se ao (re)descobrimento do país. Sem desprezar as conquistas estéticas do movimento, em etapa anterior, os poetas, a exemplo dos teóricos, tentam fazer erigir o Brasil da realidade, “o Brasil como ele nos apresenta” (Picchia 1927: 87).

Capistrano de Abreu (1930), Afonso D’Escragnolle Taunay (1959) (filho do autor de *Inocência*), por exemplo, construíram histórias nacionais voltando os olhos para o interior; Mário de Andrade pregava o conhecimento dos locais mais longínquos do Brasil e, para tanto, fazia incursões pelo país; Gilberto Freyre apregoava o resgate das tradições e, construções como os manifestos modernistas; o poema *Juca Mulato* e o romance *Macunaíma* se voltam para o conhecimento de um país que vai além das fronteiras cidadinas paulistas ou cariocas.

Sob a influência do modernismo, o romance almeidiano dá ao tema nacional contornos diferentes daqueles dados a ele pela figura de Olavo Bilac e pela Liga Naciona-

lista. Mário da Silva Brito destaca o quanto em Bilac e seus seguidores perdurava “o desejo de dar aos rudes heróis nacionais um corte de medalhão, um quê de estatutário” (Brito 1997: 14), traços, em *A bagaceira*, destruídos com a decadência de todos – brejeiros e sertanejos - perante a força corruptora da estrutura “semifeudal” do Marzagão.

A literatura relacionada às características de locais remotos do Brasil nascera com o próprio país, ora com a visão paradisíaca da natureza, ora com a versão oposta que falava dos perigos tropicais. Pero Vaz de Caminha exemplificara o primeiro caso e, os jesuítas, o segundo. Em *A bagaceira*, parece haver uma combinação entre estas duas modulações da literatura brasileira. O brejo como “terra da Promissão” (Almeida 1978: 128), “terra pródiga” (Almeida 1978: 130), “serra privilegiada” (Almeida 1978: 168), “gleba inesgotável” (Almeida 1978: 178) não se torna o próprio paraíso porque a submissão dos homens a um regime quase feudal o transforma, aos olhos do narrador e, por conseguinte, do leitor, em “gleba sofredora” (Almeida 1978: 130), como os trabalhadores “levada a ferro e fogo: a enxada e coivara” (Almeida 1978: 130) e denegrada pelo “borrão das queimadas na verdura perene” (Almeida 1978: 130).

A chuva, provavelmente, é o elemento da natureza que, literariamente elaborado, mais demonstra os danos impregnados na bagaceira pela estrutura social anacrônica e injusta. Utilizada, dentro da antítese organizadora do livro para indicar abundância no brejo e precariedade no sertão, ela também se transforma em símbolo da (des)organização moral e socioeconômica do Marzagão, na medida em que produz a lama e é lida como “desperdício” (Almeida 1978: 186) pelas personagens sertanejas, elas próprias, durante o processo de decadência a que são submetidas no eito, descritas como “seres enlameados”, tendo o termo o sentido metafórico de desonrados.

Desta feita, a natureza privilegiada do brejo emerge em *A bagaceira* como dupla antítese, a ser lida simultaneamente em dois níveis. Em um primeiro plano, ela confronta brejo e sertão com uma visível superioridade da natureza do primeiro. Em um segundo plano, ela articula natureza e estrutura social, destruindo a aura paradisíaca que pousava sobre o brejo. Soledade será a personagem pela qual o narrador verbalizará o primeiro plano. Sobre as percepções da personagem, ele diz: “Posto que incuriosa das coisas visíveis, Soledade não deixava de se deleitar nesta constância de beleza agreste comparada com a natureza precária do sertão” (Almeida 1978: 167). Já o segundo plano, surgirá do confronto entre o caráter submisso que, no Marzagão, assola as personagens e as fazem tão díspares do ambiente de natureza agradável, no qual habitam.

Entre as duas microrregiões nordestinas, constância e precariedade serão os pólos de confronto. A “verdura perene” (Almeida 1978: 226) de uma se oporá à “natureza quaresmal de cactos sobreviventes, eretos como círios acesos em frutos de fogo” (Almeida 1978: 137) de outra.

Certamente, o sol é o elemento mais acentuador da distinção natural entre a “terra pródiga” (Almeida 1978: 130) e o “sertão funesto” (Almeida 1978: 134). No sertão, o sol será “labaredas soltas ateando a combustão total” (Almeida 1978: 134), o “sol

fulminante derretido nos seus ardores”, o “beijo de morte longo, cáustico, como um cautério monstruoso” (Almeida 1978: 135). Na bagaceira ele aparecerá em escala de intensidade variável, coincidindo, sempre, com o “beijo de fecundidade” (Almeida 1978: 135). É no brejo que o sol “informe como gema de oiro estourada” (Almeida 1978: 142), o “solão esparramado” (Almeida 1978: 174), o “sol montanhês” (Almeida 1978: 163) será comparado a um quadro tropical “belo demais para se deixar ver por muito tempo” (Almeida 1978: 142), atingindo sua máxima expressão de “natureza caridosa” (Almeida 1978: 171) quando, na miséria do brejo, em oposição direta ao sol sertanejo, igualado ao “beijo de morte” (Almeida 1978: 135), “os meninos nus [aparecem] criados pelo sol enfermeiro” que lhes fazia “visitas médicas entrando pelos rasgões dos tугúrios” (Almeida 1978: 180).

A colocação da natureza como ponto de uma antítese que se desdobrará demonstra como a prosa almeidiana partirá da interligação espaço-literatura para nela incluir as questões histórica e temporal. A comparação em primeiro plano de territórios opostos pela constância e pela precariedade natural torna-se uma tentativa, como ocorrera no manifesto Pau-brasil, de liberar o que havia de recalcado pela visão bacharelesca de séculos anteriores. A título ilustrativo da proximidade do ideário mais geral do manifesto e de *A bagaceira*, podemos lembrar Eduardo Jardim de Moraes. Falando sobre o escrito oswaldiano, ele retrata a preocupação do mesmo em questionar a “falsa sabença e defender uma nova perspectiva” (Moraes 1978: 93) sobre o Brasil. Exatamente o que se realiza na produção de Américo de Almeida.

Para a crítica que vê em *A bagaceira* o romance da seca não há compreensão dos aspectos até o momento mencionados. Os estudos que localizam Almeida entre os debatedores da exasperação fisiográfica do Nordeste apontam o verde do livro como mero elemento para fazer sobrepujar as agruras climáticas do sertão. Até análises mais atentas aos símbolos da obra acabam caindo na falácia da seca. Manuel Cavalcanti Proença, por exemplo, apesar de admitir a maior tragicidade da “fome crônica do trabalhador do eito, do camponês escravizado ao senhor” (Proença 1978: 48) diz ser o livro um “romance sertanejo” (Proença 1978: 50), findando por afirmar: “Romance da seca, natural que o verde se valorize, vestindo as mais belas imagens” (Proença 1978: 55).

Seguramente o livro é esverdeado. Até Agripino Grieco, o mais descontente dos críticos de *A bagaceira*, admitiu a insistência de tal cor. Nas matas domina a “esmeralda tropical” (Almeida 1978: 122), a cidade de Areias entremostra-se como “uma nuvem poisada na verdura” (Almeida 1978: 163), mantendo seu céu também verde (Almeida 1978: 162). O verde é tamanho que o narrador fala de “monotonia de verdura” (Almeida 1978: 222). No entanto, ele não é o verde do sertão, como querem os críticos. Na narrativa, o cromatismo verde é próprio da bagaceira, sendo característica sertaneja apenas em momento de exceção ocorrido no capítulo “Festa da Ressurreição”. No denominado capítulo, no sertão “reflorescia o deserto arrelvado [...] cada árvore tinha um vestido novo [...] A verdura era um despotismo de cor” (Almeida 1978: 213), mas tudo não passava de “felicidade bandoleira” (Almeida 1978:

214). Portanto, “verdura perene” (Almeida 1978: 130; 226), no romance de Almeida, só pode ser tradução da bagaceira, da terra de Canaã.

A utilização da natureza não se dá, como no caso de romances da seca, pela perspectiva de sofrimento em comum da terra e do homem. Também não se dá, em termos românticos, em que “a grandeza épica das paisagens atenua o peso de derrota, relativiza as forças, [...] numa demonstração de que somos superiores porque a temos” (Alambert 1995: 18). Em *A bagaceira*, o autor admite que “um romance brasileiro sem paisagem seria como Eva expulsa do Paraíso” (Almeida 1978: 118), por isso a faz presença essencial a seu romance. Contudo, sabendo da necessidade de se “suprimir os lugares-comuns” (Almeida 1978: 118), ele introduz a reflexão social e a comparação histórica do Marzagão aos feudos medievais.

Neste ponto, apesar da importância dada à questão espacial, a narrativa almeidiana foge aos princípios verde-amarelos, cuja herança estava na exaltação da natureza brasileira como ponto de força para o desenvolvimento. O movimento da Anta acreditava que a explicação das origens e o desenvolvimento do Estado Nacional estavam intimamente relacionados à geografia, o que, por vezes, os fazia recair em um ufanismo não perceptível em *A bagaceira*. Enquanto os verde-amarelos apontavam o país como motivo de orgulho, país criança e de grande potencialidade, José Américo de Almeida o conforma em uma visão trágica, na qual o futuro tecnológico não traz a sobrevida para aqueles outrora esmagados pela estrutura social de traços coloniais. Em tal perspectiva, apesar de não adotar a desgeografização usada por Mário de Andrade em *Macunaíma*, *A bagaceira* e a rapsódia modernista guardam, em comum, o descrédito em relação à modernidade.

Quando a crítica deixou de alcançar a significação, aparentemente mais lógica, do primeiro plano da antítese, ou seja, quando desconsiderou o brejo como espaço principal do romance, também não se atentou para o plano mais profundo da figura de linguagem que ancorava a obra. A relação opositiva entre a natureza grandiosa do brejo e a estrutura social de opressão daquela localidade desapareceu nas análises literárias e com ela a existência da perspectiva histórica do problema social do Nordeste.

Desta forma, sem a apreensão do trabalho literário realizado para o alcance da crítica histórico-social, a condenação feita pela obra à sociedade passou a ser admitida apenas como comprovação do que se chamou de caráter documental ou do que fez considerar-se *A bagaceira*, em palavras de Silviano Santiago, “um texto que fala demais” (Santiago 1978: 102) sobre um assunto, para Candido e Castello (1977), já muito explorado, ou seja, a seca.

Seria absurdo pensarmos que a condenação de *A bagaceira* pela crítica não se dê pela incompreensão da estrutura da obra, dando-se, antes e simplesmente, pelo fato de a narração pretender discutir temas ligados à realidade nacional. Se assim o fosse, a censura deveria se estender a toda a literatura brasileira. Afinal, desde suas mais remotas origens, como já dissemos, a ficção de nosso país tem refletido um grande



esforço de representação da realidade, muitas vezes conjugado com um resgate de nossa cultura menos cosmopolita.

De acordo com Sérgio Miceli (1984) e Ruben George Oliven (2006), há, na história do pensamento brasileiro, na mesma medida da perpetuação do realismo, uma constante oscilação entre a adequação do mundo europeu/americano e a introspecção em nossas raízes culturais. Ora tendendo ao cosmopolitismo, ora tendendo ao resgate regional ou ora tendendo a procurar a essência de um país tão diversificado, o que predomina, segundo os autores, é o desejo de vencer “a suposição eurocêntrica de que seria impossível construir uma civilização nos trópicos” (Miceli, 1984: 46).

A tal ponto a questão da representação da realidade se repete que Wilson Martins chega a formular: “No subconsciente, todo escritor brasileiro o que ambiciona é escrever um retrato do Brasil” (Martins 1969: 45) e Coutinho assim explana sobre o mesmo assunto:

No que se refere ao conhecimento do Brasil, há, em toda nossa história literária, uma espécie de contraponto entre a literatura de idéias e a literatura de imaginação: os mesmos temas, os mesmos pontos de vista, as mesmas preocupações, (sic) se refletem nas obras dos ensaístas, publicistas, historiadores, sábios, ficcionistas e poetas, cada qual em sua pauta própria. (1975: 30)

As palavras de Afrânio Coutinho podem, ainda, nos servir para uma outra reflexão. Nem pouco literária e nem retrógrada, *A bagaceira* é, acima de tudo, filha de seu tempo e dos pontos de vista de sua época. Como já dissemos, ela nasce da revisita modernista às tradições brasileiras, trazendo consigo os ideais pronunciados por toda uma geração de estudiosos que, a partir do final de vinte, se dedicavam a desvendar e entender o Brasil para transformá-lo. Segundo Francisco Foot Hardman, as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX “entre projeções futuras e revalorizações do passado, trouxeram escritores do Brasil [...] [que] tentavam fazer o que o modernismo adotaria como programa: redescobrir o Brasil” (Hardman 1992: 34).

Principalmente a geração inaugurada na literatura por José Américo de Almeida estava envolvida na tarefa de determinar futuros possíveis, de encontrar as formas de superação de obstáculos ao desenvolvimento social e econômico. Ao colocar um plano de sua antítese capaz de destacar a discussão em torno do sistema semifeudal ao qual estavam submetidos os moradores do brejo, José Américo de Almeida compartilha com sua geração o debate em torno do passado e do futuro de nosso país. Mais especificamente, ele parece seguir os passos já florescentes na sociologia, na antropologia e na historiografia brasileiras. Abertamente aparenta seguir, por exemplo, os mesmos passos de Sérgio Buarque de Hollanda, pois ao não primar a relação de sofrimento do homem frente à natureza débil, o ficcionista pauta a construção da moderna esfera pública entre nós.

O abuso de poder de Dagoberto e a submissão dos trabalhadores do eito remetem nossos pensamentos a Hollanda. Segundo o historiador, o Brasil teve sua formação marcada pelo personalismo, pelo ruralismo, pelo patriarcalismo e, sobretudo, por uma forma de colonização aleatória, na qual mais importavam os caprichos pessoais do senhor do que um planejamento racional. Tratava-se do *pater-poder* ilimitado, o predomínio da família e da casa-grande sobre o Estado, de forma que a invasão do poder privado impediu a formação do conceito de cidadania no país e deu aos fazendeiros de grandes propriedades o direito da repressão, o que, sumariamente, se vê definido pelo fazendeiro Dagoberto: “- O que está na terra é da terra” (Almeida 1978: 124).

Centrando suas atenções no interior do Brasil, Almeida segue uma tendência comum à intelectualidade brasileira que, desde cedo, explicou o país ora por suas distinções em relação à Europa, ora pela extração das peculiaridades de locais isolados do sul; na lição de Roberto Ventura (1991), os intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX, ao conceberem a existência de dois Brasis – interiorano e citadino; desenvolvido e atrasado - retomam a mesma estrutura dualista do pensamento dos estrangeiros sobre o Brasil. Substituem, porém, a cópia fidedigna que outrora os estudiosos fizeram (comparando o novo país com a Europa), pelo cotejo de regiões nacionais. No entanto, a escolha da explicação sociológica o distancia da opção higienista de autores como Monteiro Lobato e o faz elaborar um enredo no qual se pode ajuizar a respeito dos micropoderes sobrepostos ao Estado, no interior do país. Aliás, anote-se que a percepção do Brasil interiorano a partir do olhar médico é objeto de um dos capítulos do livro de Nísia Trindade Lima (1999); segundo ela, durante a história do Brasil, o discurso higienista pode ser percebido nas opiniões de diversos intelectuais, cuja característica principal estivera no mapeamento das doenças do interior brasileiro e, figurativamente, de nossa nacionalidade. Nesse contexto, as idéias sobre o interior do Brasil interligaram teorias colhidas na semiologia médica e sugeriram atitudes profiláticas com o escopo de salvar os valores morais essenciais, naqueles locais, encontrados em agonia. Hábitos, linguagem e organização social foram meticulosamente observados e descritos quase de maneira etnográfica.

A exemplo da visão higienista, apesar de verificar a necessidade de mudanças radicais na realidade de espaços distantes das grandes capitais brasileiras, Almeida não transfere às causas climáticas ou étnicas a motivação da pobreza do país, bem como não sinaliza que as mudanças possam ocorrer pelo mero emprego da tecnologia nestes locais. A formação da antítese sertão-bagaceira destrói a possibilidade da explicação climática, enquanto o desdobramento da oposição natureza – estrutura social sobrepõe à questão étnica a realidade social de um país onde dominava a economia voltada para o mercado externo e controlada por grupos econômicos ligados à exploração da terra.

A tendência a explicações ligadas à questão socioeconômica torna-se comum ao final da década de vinte e a partir da década de trinta. Quando chegou ao final do século XIX e iniciou o século XX, o Brasil já possuía todas as contradições e tensões essenciais que demarcariam sua cultura a partir de então. O país, oriundo do universo

rural, cuja civilização urbana ocupava uma pequena faixa litorânea de onde se iniciara a colonização portuguesa, passava a inquietar-se com sua identidade alicerçada prioritariamente nas imagens idílicas da natureza. Em princípios do século XX, as matas, as florestas, campos e sertões, antes símbolos inquestionáveis da brasilidade, passam a ser vistos em contraposição ao retardamento social de nossa sociedade. Ingressando na modernidade, o Brasil revê as interpretações sobre si e, com a geração de *A bagaceira*, alerta para a herança histórica de coerção social que marcava a história nacional. Dentro de tal perspectiva, torna-se possível dizer que a eleição do brejo como espaço de *A bagaceira*, de um lado, promove uma nova face da região Nordeste e, de outro, se condiciona pelo desejo de demonstração das mazelas sociais.

A historiografia do Brasil mostra que o sertão, como região árida, não serviu à implantação de grandes propriedades. O clima impróprio impediu o desenvolvimento do sistema de *plantation* e, por conseguinte, as relações entre empregados e patrões não se desenvolveram nos mesmos termos de submissão que se encaminharam nos engenhos. Assim, para mostrar o arcaísmo das relações sociais, era inviável a construção de um romance ambientado na região sertaneja, sendo necessária a escolha do brejo como espaço.

O Brasil do interior, então, deixa de ter como prioridade a demonstração do sertão como espaço onde se concentrava a verdadeira brasilidade. É certo que os sentimentos de honra e valentia ainda aparecem no grupo de personagens sertanejas, mas o que está em jogo não é mais a pureza destes traços e sim o quanto eles serão diminuídos e corrompidos pela violência e pelo autoritarismo da região brejeira.

Assim, o Brasil do Marzagão surge caracterizado por relações semifeudais, denotando a necessidade da construção democrática nos termos de uma revolução capaz de modificar a condição servil dos menos favorecidos. Em artigo, Hollanda revela a idéia básica da época. Segundo ele, o pensamento: “Era de que nunca teria havido democracia no Brasil, e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares. Nunca uma revolução de superfície, como foram todas na história do Brasil, mas uma que mexesse com toda estrutura social e política vigente” (1976: 03).

Provavelmente, a ineficiência do Novo Marzagão possa ter origem em uma concepção inserida na mesma ideologia revolucionária de que fala Buarque. Quando Lúcio transforma o engenho do pai em uma usina e traz para ele os benefícios da tecnologia não retira a população local da condição de dependência. Mesmo que se possa esperar de Lúcio, em relação a Dagoberto, uma maior percepção dos problemas sociais dos proletários, há sempre uma condição de dependência dos últimos em relação ao patrão, confinando aqueles “ao papel de massa de manobra” (Candido 1998: 12).

Ao cabo da leitura, o leitor, não enveredado pelo falso entendimento do romance como produção sobre a seca, é capaz de ver, assim como pregavam os literatos e teóricos de trinta, um país subdesenvolvido, de um povo triste.

Em *A bagaceira*, a concepção do brasileiro como ser triste opõe-se diretamente à concepção freyriana de “democracia racial”, também se opondo à tristeza patológica discutida por Paulo Prado (1962). Como no último, a ausência da felicidade é concebida na relação humana existente em um local de natureza privilegiada, não obstante, nem de longe, permanece a explicação sexualizada dada à questão por Prado. No romance paraibano, o homem é triste porque historicamente é submisso: “400 anos de servilismo” (Almeida 1978: 124).

Surge, então, a explicação do pessimismo. Ele passa a assolar os discursos, pois muitos dos problemas começam a ser encarados como contradições indissolúveis do passado. O Brasil que se pretendia estava longe das garras dos modelos do período Imperial e parecia muito distante de ser concretizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

ALAMBERT, Francisco. “Civilização e barbárie, história e cultura, representações literárias e projeções de guerras.” Leslie Bethell. *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 85-96.

ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

\_\_\_\_\_. *A Paraíba e seus problemas*. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação.” *Estudos históricos* (Rio de Janeiro) 8.15 (1995): 145-152.

ANDRADE, Mário. *Entrevistas e depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

ATHAYDE, Tristão de. “Uma revelação.” In Almeida 1978. 40-45.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo: Martins, 1975.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 7 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

\_\_\_\_\_. “O significado de Raízes do Brasil.” Sérgio Buarque de Hollanda. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 5-18.

CANDIDO, Antonio & José Aderaldo Castello. *Presença da literatura brasileira – Modernismo*. São Paulo: Difel, 1977.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Origem e unidade da literatura brasileira (1500-1960)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Escolares, 1975.

DUARTE, Paulo, org. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDARTE, 1971.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio – Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos Modernistas.” Adauto Novaes, org. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “A criação do Instituto de Estudos Brasileiros.” *Revista do Brasil* (Rio de Janeiro) 6 (1976): 3-15.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MARTINS, Wilson. *O modernismo*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1969

MICELI, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

MOOG, Vianna. *Uma interpretação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OLIVEN, Ruben George. “A cultura popular brasileira é de fusão e de diversidade.” *Revista Raiz*. Disponível em [http://revistaraiz.uol.com.br/narede/index.php?page=ler\\_exclusivas&id=22](http://revistaraiz.uol.com.br/narede/index.php?page=ler_exclusivas&id=22). Acesso em 15 de mar. 2006.

PICCHIA, Menotti Del. *O curupira e o carão*. São Paulo: Hélios, 1927.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

PROENÇA, M. Cavalcanti. “A Bagaceira.” In Almeida 1978. 46-89.

SANTIAGO, Silviano. *Uma Literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

TAUNAY, Afonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

#### SLANTED VIEW: THE CRITICISM AND THE FALSE NOVEL OF THE DROUGHT

ABSTRACT: This article intends to view *A Bagaceira* as a novel arising from the modernism's intention to rediscover Brazil based on a perspective of canon review. Opposing the consideration of this novel as a production of the nordestino circle of the drought, the author reflects on the almeidiana narrative symbols structure and the, the historical/literary age in which the novel becomes a part, the comparative processes through which the novel has passed, it also reminds us the relationship of the novel with those conceptions that has surrounded Brazilian Literature for such a long time in regards to its representation of Brazil.

KEYWORDS: national representation; modernism and *A Bagaceira*.